

As Relações Europa-África: Perspectiva Diacrónica

Professor Doutor
José Filipe Pinto

Linha de Investigação
de Africanologia

Lusofonia

UEICTS

ULHT

RESUMO

O estudo das relações entre a Europa e a África mostra que o ponto de vista europeu prevaleceu sempre sobre o africano. Na verdade, durante o período colonial, esta relação nunca foi entre iguais e, no presente, a situação não é muito diferente.

Este artigo tenta traçar a evolução desta relação e abrir uma janela em direcção a uma mudança necessária.

Palavras-chave: África, Europa, relacionamento, cooperação, diacronia, estereótipo, integração, colonização e futuro.

ABSTRACT:

The study of the relations between Europe and Africa shows that European point of view was always considered more important than the African one. Indeed, during the colonial period, this relation was never between equals and, in the present, the situation isn't quite different.

This article tries to draw the evolution of this relationship and to open a window towards a necessary change.

Key Words: Africa, Europe, relationship, cooperation, evolution, stereotype, integration, colonization and future.



As Relações Europa-África: Perspectiva Diacrónica

O título do ensaio, mais concretamente a ordem pela qual os continentes são indicados, remete, desde logo, para uma questão que decorre da História e que consiste na valorização da perspectiva europeia em relação à africana, ou seja, o primado da visão eurocêntrica.

De facto, mesmo após o fim do euromundo, não é habitual indicar ou colocar a África antes da Europa sempre que se leva a cabo um evento ou um estudo envolvendo ambos os continentes, como aconteceu na recente cimeira realizada em Lisboa, erradamente designada como II Cimeira Europa-África, uma vez que dos dois intervenientes – União Europeia e União Africana – nem o primeiro engloba toda a Europa, nem o segundo, apesar de ter 53 membros – tantos como os países africanos – abrange a totalidade de África.¹

Embora não querendo fazer uma análise profunda para encontrar a justificação para a ordem usual de mencionar os continentes, até porque no caso referido se pode sempre justificar a designação com o local da realização da cimeira, não posso deixar de equacionar o peso que a tradição histórica desempenha nesta situação.

Na verdade, não parece credível que sejam razões de índole fonética a presidir à escolha, uma vez que ambos os nomes começam e terminam por vogal e, neste caso, também não se revela possível invocar um critério que, noutras situações, já serviu para disfarçar a falta de vontade política – o critério alfabético² –, porque o mesmo daria primazia a África.

Na realidade, é na História, mais concretamente no movimento expansionista europeu, que terá de ser procurada a resposta para a questão, uma vez que, nessa fase, o imaginário europeu ocidental foi substituindo os velhos mitos do Mundo para lá do Bojador – “não há aí gente nem povoação alguma; a terra não é menos arenosa que os

¹ A União Africana (UA) foi fundada em 2002 e sucedeu à Organização de Unidade Africana (OUA). No entanto, Marrocos, que tinha abandonado a OUA em 1985 devido à entrada do Sahara Ocidental para a organização, não aceitou pertencer à UA.

² Refiro-me, especialmente, à indicação do primeiro Secretário-Executivo da CPLP porque o critério alfabético invocado para essa escolha não constava dos estatutos iniciais da organização. Por isso, parece legítimo o direito à presunção de que “essa lembrança tardia” teve como finalidade evitar que o Embaixador José Aparecido de Oliveira ocupasse o cargo.

desertos da Líbia, onde não há água, nem árvore, nem erva verde; e o mar é tão baixo, que a uma légua de terra não há de fundo mais que uma braça”³ – por novos mitos e formas estereotipadas, nomeadamente, a ideia de considerar a África como um vazio político, palco de selvajaria sangrenta e gratuita, de ignorância e de miséria.

Assim, o imaginário europeu sobre a África e os africanos foi sendo povoado de formas redutoras.

Então, os europeus desconheciam – será que não desconhecem ainda? – que em África, antes da sua chegada, já tinham existido reinos como o do Gana, cujo apogeu aconteceu no século X, o reino de Daomé, o império do Mali, que atingiu o auge no século XIV, e o império do Songhai de Gao, cujo esplendor se deu no século XV, século da chegada dos europeus a África.

Aliás, os relatos ou diários de bordo de vários capitães que aportaram à costa africana ao longo dos séculos XV, XVI e XVII – mesmo descontando alguns exageros na descrição –, apontavam para uma ideia de prosperidade das nações africanas, com mercados muito activos e cidades bastante povoadas e bem urbanizadas.

É claro que da existência destes reinos não era lícito extrapolar que a África fosse o paraíso – forma tão redutora como a referida perspectiva ocidental – ou, dando voz a Ki-Zerbo e à posição africana sobre esta temática, é preciso considerar que se a sociedade africana de então era uma sociedade solidária, uma sociedade de participação e que havia atingido um certo humanismo, não era menos verdade que também existiam em África – a exemplo do que acontece na actualidade e não apenas no continente africano –, categorias oprimidas e casos de tirania como as hecatombes perpetradas pelo rei do Abomé.

De facto, é da mais elementar justiça referir que não foram os europeus que levaram a escravatura para África, pois essa prática era usual no continente entre tribos rivais e até dentro da mesma tribo. Importa, no entanto, referir que os europeus incentivaram a escravatura e procederam eles mesmos à captura de escravos segundo a técnica do *filhamento*, como Zurara deixou bem documentado.

³ ZURARA, G. E. (1973). *Crónica de Guiné*. Porto: Livraria Civilização Editora, p.50.

Retomando o fio à meada, ou seja, às relações entre os africanos e os europeus, parece oportuno referir que a chegada destes últimos à África subsariana não foi vista sempre da mesma forma.

Na verdade, os europeus tanto eram vistos como deuses ou criaturas com poderes sobrenaturais, como eram objecto de repulsa porque a sua pele branca levava os negros a identificá-los como leprosos.

Além disso, falar de cinco séculos de presença europeia em África constitui um mito que importa ultrapassar porque não parece ser historicamente aceitável confundir chegada com permanência ou fixação.

Na realidade, se for tida em conta a expansão portuguesa, entre a chegada ou a descoberta de Angola em 1482 e a fundação de Luanda, primeiro estabelecimento português permanente no litoral angolano, em 1576, decorreu quase um século, mais precisamente, 94 anos.

Aliás, no caso da colonização portuguesa, segundo o relatório de Pinto de Magalhães de 1842, os portugueses que iam para África eram assassinos, ladrões e vadios, razão pela qual as colónias de África eram vistas como colónias de escravos e penais ou de degredo. Dito de outra forma, as colónias estavam longe de constituir zonas atractivas para o povoamento branco, atendendo a que, até meados do século XIX, os brancos que viviam em África tinham, em média, uma esperança de vida dez anos mais baixa do que na Europa. Se a este elemento acrescentarmos que, nessa época, nenhuma criança branca nascida em África conseguiu sobreviver, fácil se torna concluir que a África a Sul do Sahara era uma zona repulsiva para a colonização branca.

Por isso, o povoamento foi tão tardio e, por força disso, o primeiro tipo de relação entre os europeus e os africanos foi de índole comercial, embora, na conjuntura presente, possa causar, alguns pruridos que os escravos constituíssem a principal mercadoria de origem africana, como aconteceu no comércio triangular entre Portugal, a costa ocidental de África e o Brasil.

No entanto, a descoberta da máquina a vapor e a subsequente industrialização encarregar-se-iam de alterar completamente este quadro relacional.

De facto, as metrópoles europeias, sobretudo as mais industrializadas, sentiram necessidade de matérias-primas para as suas indústrias e, nessa conjuntura, o continente africano surgiu como

fonte privilegiada para o fornecimento gratuito dessas matérias. Assim, a África integrou-se, melhor, foi integrada, na economia mundial como fornecedora das matérias-primas necessárias para fazer florescer as indústrias metropolitanas ou europeias.

Ora, essa integração exigiu um conhecimento mais profundo das riquezas africanas e foi em nome desse inventário que a Europa se decidiu por uma partilha de África que não teve em conta a identidade dos povos e etnias africanos. Além disso, o mundo dito civilizado decretou o primado da ocupação efectiva do continente em detrimento do elemento histórico ou direito inerente à descoberta – constatação que não é passível de discussão, como o *ultimatum* inglês a Portugal se encarrega de demonstrar.

A partir de então, e esse então foi a Conferência de Berlim de 1885, as relações entre os dois continentes passaram a ser diferentes de acordo com a potência colonizadora, ou seja, não houve, a nível europeu, uma política global para África e cada metrópole tomou as decisões que lhe pareceram mais adequadas para o seu império.

Daí a tendência para, a nível do colonizador, considerar a colonização inglesa como referência ou modelo, não só pela dimensão do império inglês, mas também pelas políticas que a Inglaterra – país onde a burguesia dispunha de capital e de visão estratégica – implementou nas colónias.

Neste ponto, no entanto, é importante referir que houve um elemento comum nas políticas das potências coloniais ditas democráticas, pois nenhuma delas exportou para as colónias o modelo democrático que vigorava nas metrópoles.

Voltando às vicissitudes de cada colonização, algumas potências promoveram um maior desenvolvimento das colónias, nomeadamente através da criação de instituições de ensino, como as universidades, e de estruturas necessárias para a produção, situação que possibilitou o surgimento de uma burguesia colonial.

Outras potências coloniais – e o termo potência poderá ser excessivo em vários casos –, centralizaram todas as actividades na metrópole e a burguesia metropolitana fez valer sempre os seus interesses e impediu o surgimento de uma burguesia colonial “cujo poder, interesses e ambições têm como ponto de partida os territórios africanos” (Torres, 1991, p. 34).

Parece claro que esta nova forma de relacionamento – mais prolongada no tempo e fisicamente mais próxima – teve implicações na forma de viver dos africanos, ou, como Henriques (2004, p. 11)

assume, “contrariamente a uma das ilusões mais repetidas na visão dos africanos, não só estes foram capazes de criar as soluções civilizacionais que lhes permitiram organizar as sociedades assegurando a sua transformação, mas puderam aderir à “fabricação” consciente de novas humanidades e integrar sem dificuldades as novas contribuições técnicas e culturais providas das relações comerciais com Outros”.

Por isso, neste relacionamento desigual era possível descobrir aspectos positivos e outros claramente negativos.

Dos primeiros convém valorizar “o reconhecimento do valor da escrita, do tempo, do lucro, do crédito e do investimento; as diferentes maneiras de pensar os espaços urbanos com construções, materiais e formas inéditas de organizar as vias de circulação [...] saberes introduzidos pelos portugueses e recriados pelos africanos – sobretudo a partir do século XIX – para assegurar a sua própria modernização. Esta situação tornou a África menos centrípeta, impondo-lhe ritmos centrífugos essenciais” (Henriques, 2004, p. 11).

Dos segundos, alguns dos quais já vinham da fase inicial ou dos primeiros contactos, não podem ser olvidados aqueles que contribuíram para o despoletar de vícios “o prodigioso consumo de bebidas alcoólicas importadas (vinho, aguardente, cachaça e outras)” e os que tiveram implicações na vida quotidiana e na estrutura social e política, como foi o caso, “das armas de fogo que modificaram as técnicas de caça e alteraram a hierarquia dos bens de prestígio e de poder” (Henriques, 2004, p.11).

Regressando à questão da integração de África na economia mundial, poder-se-á constatar que a perspectiva diacrónica apresentada não se afasta muito daquela que foi enunciada pela teoria do sistema-mundo de Imanuel Wallerstein que, num primeiro momento, se baseava no critério da divisão de trabalho e defendia que, na fase do mercantilismo, o continente africano se limitava a ser um fornecedor de mão-de-obra para, após a Conferência de Berlim, passar a integrar o sistema mundial, uma vez que já produzia bens para o centro e partilhava a divisão de trabalho.

Aliás, ainda segundo Wallerstein, este processo envolvia três fases:

- Uma fase inicial, de 1750 a 1900, quando a integração das sociedades africanas na economia-mundo europeia era feita à custa da captura de escravos;

- Uma fase intermédia, de 1900 a 1975, em que se procedeu à produção de bens com mercado nos países do centro e da semi-periferia;

- Uma terceira fase, a partir de 1975, durante a qual os novos países africanos optaram pela via revolucionária, fortemente apoiada pelo Bloco de Leste e pelos seus aliados, ou pela via da dependência, também designada por neo-colonial.

Se no que concerne às duas primeiras fases, a História se encarregou de provar a sua validade, já a terceira fase não foi tão linear.

Na realidade, as duas hipóteses colocadas – via revolucionária e via da dependência – obedeciam a uma lógica característica do mundo bipolar e não valorizavam o elemento africano, ou seja, faziam depender a evolução africana apenas do aliado escolhido.

Além disso, a identificação da via da dependência com o neo-colonialismo apresenta marcas ideológicas evidentes, no sentido de valorizar a outra opção que, aliás, foi tomada pela totalidade dos novos países africanos lusófonos.

Só que os ventos não sopravam favoráveis às convicções e a implosão do Bloco de Leste com o conseqüente fim da política de blocos pôs em causa a via escolhida e exigiu a abertura ao multipartidarismo.

Assim, encerrado – a História dirá se definitivamente – o capítulo do apoio do leste europeu a África, a outra Europa, ou seja, a União Europeia assumiu ou reassumiu uma importância maior nas relações com África e os laços derivados de um passado comum voltaram a ser lembrados.

Aliás, não deixa de ser curioso que, mesmo durante a vigência do mundo bipolar, a União Europeia se tivesse constituído como o principal parceiro no que concerne à Ajuda Pública ao Desenvolvimento, sendo que os receptores dessa APD eram os países de África, Caribe e Pacífico, situação que, como os dados confirmam, continua a vigorar na conjuntura actual.⁴

Na verdade, a cooperação entre a União Europeia, se forem consideradas as fases da CEE e da CE, e os países ACP vem desde o Tratado de Roma que, na IV parte, previa a criação do Fundo Europeu

⁴ De acordo com os dados constantes do relatório da Organização sobre a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), os 15 membros do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) dessa organização que pertencem à União Europeia (UE) concederam, em 2006, mais de metade da APD total, ou seja, 57%, valor que representa um aumento de 2,7% em relação a 2005.

de Desenvolvimento (FED) destinado à concessão de ajuda técnica e financeira aos Países e Territórios Ultramarinos (PTU).

Depois, a partir de 1964, as Convenção de Yaoundé I e II, de Lomé I, II, III e IV e de Cotonu representaram os acordos dessa cooperação que é susceptível de mais do que uma leitura, pois, segundo alguns, representa uma forma paternalista ou neocolonialista, enquanto, na visão de outros, constitui uma acção de valor humanitário inquestionável, embora destinada a superar as reminiscências da má-consciência colonial.

Aliás, no que concerne à designação dos acordos e face ao ponto de partida da argumentação, importa proceder a um esclarecimento sob pena de todo o processo argumentativo poder ser acusado de falacioso ou contraditório porque assente numa base falsa.

Na realidade, os acordos são designados e conhecidos pelos nomes das cidades africanas em que foram celebrados, mas uma análise do acervo publicado sobre os mesmos, sobretudo aquele que está disponível nas Hemerotecas, não deixa de evidenciar que esses acordos são a tradução da parceria entre a União Europeia e os países ACP, ou seja, o elemento europeu volta a ser colocado em primeiro lugar.

De facto, a leitura desse acervo – e não se revela necessário ler nas entrelinhas – prova inequivocamente que a cooperação continua a ser encarada como ajuda e, como tal, o estatuto de doador tem inerente ou associado um conjunto de direitos que acaba por limitar a participação dos receptores na tomada de decisões pertinentes para o seu desenvolvimento.

Na verdade, apesar dos acordos celebrados parecerem apontar para uma atitude consensual resultante de um diálogo franco e aberto na análise das problemáticas e na identificação das prioridades, a avaliação feita *a posteriori* confirma que se continua à espera “de uma convergência humana que [...] faça de cada esforço um patamar de todos” (Moreira, 2001, p. 64).

Por isso, regressando à análise diacrónica do relacionamento entre os dois continentes no período que se seguiu à *guerra fria*, a avaliação da cooperação feita – para não variar –, pelos governos da União Europeia, embora respaldados ou pressionados pela sociedade civil, denunciou aspectos de tal forma negativos que, para evitar a colagem do rótulo de fracasso, foi necessário proceder à reformulação do processo.

Na realidade, como o *Livro Verde sobre as relações entre a União Europeia e os países ACP no limiar do Século XXI*, da responsabilidade do comissário português João de Deus Pinheiro, reconheceu, não é suficiente proceder à afectação de verbas para a APD.

Por isso, e mesmo sabendo que tal afectação implica dificuldades orçamentais para os doadores – afinal as crises quando nascem são para todos se bem que em doses desiguais – é preciso colocar a tónica também, ou principalmente, nos receptores, pois são estes que terão de identificar ou definir as suas prioridades de desenvolvimento, sob pena de mudarem de pronto-a-vestir mas continuarem a usar fatos feitos para outras medidas.

Um último elemento a considerar neste estudo relacional – último porque o actor só agora entrou em cena –, prende-se com a presença asiática, principalmente chinesa, em África.

Aliás, a realização da cimeira que inicialmente foi referida, não pode deixar de ter em conta este novo elemento, pois os países africanos que integram as comunidades baseadas em laços históricos ou na partilha da língua e da cultura contam agora com uma nova opção que, numa primeira abordagem, parece interessante e interessada – o futuro se encarregará de provar se não será, também ou sobretudo, interesseira.

É que nas parcerias, como em todas as situações que envolvem relacionamento, interessa saber se as mesmas servem efectivamente os interesses de todos os interlocutores.

De qualquer forma, esta entrada em cena da China teve o condão de despertar as consciências europeia e africana. A primeira, porque corre o risco de perder a proeminência que considerava adquirida e cimentada. A segunda, porque voltou a ter a hipótese de dialogar com mais do que um interlocutor.

Aguardam-se, por isso, com indisfarçável ansiedade os próximos passos deste processo, sendo certo que se a História se não repete, não é menos verdade que os erros do passado podem e devem servir de aviso, até porque, para usar um provérbio africano, *ninguém esquece as lições aprendida na dor*.

Considero, no entanto, que o olhar de Janus bifronte deverá, na conjuntura actual, olhar menos para o passado e concentrar-se no futuro.

De facto, de pouco importa identificar os erros e atribuir responsabilidades se não se conseguir traçar um rumo coerente para o futuro.

Aliás, e sem pretender omitir as relações desiguais do passado, considero que talvez mereça o esforço uma leitura do capitalismo dependente de Florestan Fernandes como forma de perceber os factores que, no presente, se constituem como oponentes do desenvolvimento africano.

Até porque, como Adriano Moreira faz questão de referir, “o lavar das mãos tem velha tradição. Fala-se sempre do mesmo exemplo. Mas as bacias de prata, as toalhas de linho, os jarros para a água, gastam-se muito”⁵ e, por força do hábito, a culpa morre solteira.

Saúda-se, por isso, a *mea culpa* parcialmente assumida pelo Presidente da Comissão Africana, Oumar Konaré, na Cimeira de Lisboa, ao reconhecer que o estado de pobreza do continente africano se deve “à relação desigual e à má governação”.

Assim, e aproveitando a imagem anterior, talvez seja tempo de as elites, africanas e europeias, darem o exemplo e trocarem o lavar das mãos pelo arregaçar das mangas que permite deitar mãos à obra porque “as carências não esperam [e] a dúvida ou a hesitação não pode durar mais que a urgência” (Moreira, 2001, p. 99).

É que, como também decorre da História, o futuro não tem tempo para esperar pelos indecisos!

BIBLIOGRAFIA

Comunidade Europeia [CE]. (1997). *Livro verde sobre as relações entre União Europeia e os Países ACP no limiar do século XXI: desafios e opções para uma nova parceria*. Luxemburgo: Serviço das publicações oficiais das comunidades europeias.

Henriques, I. C. (2004). *Os pilares da diferença. Relações Portugal - África. Séculos XV-XX*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

Moreira, A. (2001). *Tempo de Vésperas*. Lisboa: Editorial Notícias.

Pinto, J. F. (2005). *Do império colonial à comunidade dos países de língua portuguesa: continuidades e descontinuidades*. Lisboa: Instituto Diplomático.

⁵ Cf. MOREIRA, A. (2001), *Tempo de Vésperas*, Lisboa: Editorial Notícias, p. 135.

Torres, A. (1991). *O império português entre o real e o imaginário*. Lisboa: Escher.

Zurara, G. E. (1973). *Crónica de Guiné*. Porto: Livraria Civilização Editora.